



O adultocentrismo como estrutura de exclusão política: as vozes adolescentes, onde estão?

Adultcentrism as a structure of political exclusion: where are the adolescent voices?

El adultocentrismo como estructura de exclusión política: ¿dónde están las voces adolescentes

Letícia Duarte de Sena¹

 [0009-0001-1063-407X](https://orcid.org/0009-0001-1063-407X)

Beatriz Borges Brambilla²

 [0000-0001-9157-8593](https://orcid.org/0000-0001-9157-8593)

Resumo: Neste artigo, propomo-nos a refletir sobre a participação política das adolescências à luz da atual insurgência da denominada Geração Z em diferentes contextos do Sul Global. A análise fundamenta-se em leituras críticas sobre o adultocentrismo enquanto estrutura social de exclusão e silenciamento de pessoas não adultas, situando essas discussões em um campo de questionamento às formas institucionalizadas de participação. Sustentamos que, a partir dos sentidos políticos emergentes do cotidiano e das gramáticas simbólicas que organizam as intervenções das adolescências nos rumos sociais, torna-se possível a construção de caminhos intergeracionais para a elaboração de conflitos comuns e a reinvenção do espaço público.

Palavras-chave: Adultocentrismo. Participação política. Adolescências. Geração Z.

Abstract: In this article, we propose to reflect on the political participation of adolescents in light of the current wave of insurgency by the so-called Generation Z in different contexts of the Global South. The analysis is grounded in critical perspectives on adultcentrism as a social structure of exclusion and the silencing of non-adult individuals, positioning these discussions within a field that challenges institutionalized forms of participation. We argue that, through the political meanings emerging from everyday life and the symbolic grammars that organize adolescent interventions in social directions, it becomes possible to build intergenerational pathways for the elaboration of common conflicts and the reinvention of the public sphere.

Keywords: Adultcentrism. Political participation. Adolescents. Generation Z.

Resumen: En este artículo nos proponemos reflexionar sobre la participación política de las adolescencias a la luz de la actual insurgencia de la denominada Generación Z en diferentes contextos del Sur Global. El análisis se fundamenta en lecturas críticas sobre el adultocentrismo como estructura social de exclusión y silenciamiento de personas no adultas, situando estas discusiones en un campo de cuestionamiento a las formas institucionalizadas de participación. Sostenemos que, a partir de los

¹ Mestranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, com bolsa de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. *Lattes:* [1191861447407030](https://lattes.cnpq.gov/1191861447407030) - *E-mail:* leticiasena.psi@gmail.com.

² Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Professora da Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e Professora da Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Católica de Santos - UNISANTOS. *Lattes:* [6415720570998957](https://lattes.cnpq.gov/6415720570998957) - *E-mail:* comafetividade@gmail.com.



sentidos políticos emergentes de lo cotidiano y de las gramáticas simbólicas que organizan las intervenciones de las adolescencias en los rumbos sociales, se hace posible la construcción de caminos intergeneracionales para la elaboración de conflictos comunes y la reinvencción del espacio público.

Palabras-clave: Adultocentrismo. Participación política. Adolescencias. Generación Z.

*

Introdução

As discussões acerca da democracia e dos processos de (re?)democratização do Brasil, são muitas, realizadas a partir de diferentes óticas, e encorpadas, conforme as movimentações sociais, com novas dimensões a serem maturadas para o enriquecimento dos diálogos e sua tradução em práticas transformadoras reais. Apesar de muito diversas, a pauta da participação política como direito-base para o exercício da cidadania ocupa as discussões e preocupações com nossos rumos democráticos, uma vez que a legitimidade democrática pressupõe a coletivização de existências e vozes plurais na interferência do manejo do poder para que este não esteja centralizado na mão de poucos homens inseridos nos processos da política institucional.

Nas entrelinhas que sustentam essas disputas discursivas, marcadas pelo tensionamento de diferentes ideais de democracia e cidadania, encontramos a manutenção da dimensão subjetiva colonial deste lugar, a política, e de quem pode o ocupar. Encontram-se aí, em nós atados, toda uma sorte de dimensões da opressão que compõem esse reproduzir-se da lógica colonial (as dimensões de raça, classe social, gênero, sexualidade, idade, território, religião...) e que faz-nos caminhar a passos lentos no reconhecimento de determinadas pessoas e grupos como sujeitos políticos-participativos por direito.

O que está em jogo, portanto, são os privilégios históricos de uns poucos em detrimento do silenciamento desumanizador de outros muitos segmentos da população. Se nomeamos assim, voltamos ao pressuposto, ao menos teórico, da democracia enquanto espaço comum, e nos perguntamos de modo um tanto retórico: os modelos hegemônicos de participação política garantem que as vozes de sujeitos historicamente silenciados sejam ouvidas, ou operam de modo criativo para sustentar esse silenciamento?

Neste artigo, propomos uma reflexão sobre como os modelos hegemônicos ocidentais de representação e participação política são por excelência forjados em uma estrutura social adultocêntrica, que prevê que o exercício do bem comum, a comunidade, esteja integralmente nas mãos, no pensamento, na sensibilidade, na estética, na linguagem, enfim, em tudo aquilo que é concernente ao mundo adulto. Enquanto a política, como espaço público, é reservada aos adultos, crianças e adolescentes, lidos por uma lente moderno-colonial como sujeitos em formação, são aprisionados nas dimensões simbólicas do mundo privado, especialmente quando estamos a falar de ocupação política.

Marcamos, desde já, que essa discussão não se esgota em uma dimensão de idade/geração. Ela se faz articulada às discussões de raça, gênero, classe social, sexualidade, território, corpo etc., de modo que deve ser ampliada em muitas reflexões para além da que aqui limitamos. Também destacamos que neste artigo abordaremos exclusivamente à participação política das adolescências, mas compreendemos que de modos similares, porém com suas singularidades, também devemos conduzir tais reflexões no campo dos direitos participativos de crianças.

Nossa reflexão fundamenta-se na perspectiva ensaística, como categoria metodológica e política nas ciências humanas, especialmente quando tensionada pela história das adolescências no Sul Global, e encontra na teoria crítica aporte que transgride a lógica formal positivista e a rigidez dos sistemas fechados. Para Adorno (2003), em seu texto *O ensaio como forma*, o ensaio não deve ser compreendido como um estágio preparatório ou uma escrita menor, mas como uma manifestação da autonomia do pensamento que se recusa a reduzir o objeto a categorias estáticas. Ao analisar a estrutura adultocêntrica que silencia as juventudes e adolescências sob o pretexto de uma suposta incompletude subjetiva, o ensaio emerge como a forma por excelência para capturar o que é efêmero, descontínuo e insurgente.

Diferente do tratado científico tradicional, que busca uma ordem totalizante e uma identidade absoluta entre o conceito e a coisa, o ensaio adorniano parte do pressuposto de que "[...] a ordem dos conceitos, uma ordem sem lacunas, não equivale ao que existe" (Adorno, 2003, p. 25). Essa premissa é fundamental para pensar a participação política das adolescências na América Latina, uma vez que a arquitetura moderno-colonial da política hegemônica relega a ação adolescente ao campo do "privado" ou do "ensaio" no sentido

comum do termo, como um treino para a vida adulta. Contudo, ao reivindicar o ensaio como forma de conhecimento, o pesquisador crítico assume a complexidade do real sem o filtro da racionalidade cartesiana, permitindo que as gramáticas simbólicas emergentes, as estéticas das redes e as insurgências cotidianas sejam lidas como subjetividades públicas potentes e legítimas.

A produção ensaística nas ciências humanas possibilita, assim, uma mediação entre a experiência situada e o rigor teórico, evitando que a escrita se torne um exercício de "esterilização" do real. Adorno (2003) argumenta que o ensaio começa pelo que tradicionalmente deveria ser um fim: tem início no cerne do problema, o que espelha a dinâmica das revoltas juvenis no Sul Global, que não pedem licença institucional para existir, mas irrompem a partir de antagonismos políticos geracionais. Ao recusar a "compulsão à identidade" (Adorno, 2003, p. 36), o ensaio acolhe o fragmento e a contradição, elementos viscerais na história das adolescências atravessadas por violências adultistas e processos de exclusão política. Portanto, o ensaio não apenas descreve o fenômeno, mas se constitui como uma prática de resistência acadêmica que reconhece, na transitoriedade e na falibilidade do pensamento, a única via possível para a emancipação e para a construção de um espaço público verdadeiramente intergeracional e pluriversal.

No primeiro momento do texto, traçamos um breve histórico do que estamos aqui situando como modelos hegemônicos ocidentais de representação e participação política. Nosso objetivo é conduzir uma reflexão sobre como tais arquiteturas, centralizadas no direito ao voto e participação partidária, são forjadas em uma dimensão adultocêntrica, estruturante do mundo moderno-colonial.

Em seguida, passamos a uma reflexão sobre a pergunta que compõe o título desse artigo: as vozes adolescentes, onde estão? Buscaremos identificar e dialogar com expressões políticas das adolescências situadas em outro lugar que não os dos limites institucionais da política hegemônica. Interessa-nos a contribuição à construção de novas perspectivas capazes de legitimar as gramáticas e estéticas que emergem dos cotidianos adolescentes (nas redes sociais, nas ruas, na escola, na família, onde mais?) como expressões políticas, no enfrentamento às violências adultistas que reduzem pessoas adolescentes a sujeitos apolíticos e sem opiniões próprias.

Por fim, em nossos horizontes, discorreremos sobre uma ética intergeracional de reconhecimento e participação. Argumentamos que o enfrentamento às lógicas adultocêntricas nessa dimensão não se faz apenas com a inclusão, no sentido de criar vias ou vagas para que adolescentes ocupem os espaços dos e construídos por adultos. Finalizamos o artigo com mais perguntas do que respostas, urgindo a necessidade de práticas no caminho da coexistência e criatividade intergeracionais em todos os espaços sociais, para que crianças e adolescentes possam exercer seus direitos participativos contribuindo à construção do comum com seus saberes, linguagens e estéticas.

A dimensão adultocêntrica nos modelos hegemônicos de participação política

Ao falarmos em modelos hegemônicos de representação e participação política, referimo-nos a uma arquitetura política ocidental que concebe a via institucional como o meio legítimo para o exercício da cidadania. Nos modelos democráticos hegemônicos, as relações são construídas de modo que a sociedade civil eleja seus representantes, que, através do manejo do poder concentrado na esfera político-institucional, devem fazer a gestão do cuidado do mundo (Castro, 2016). Às pessoas representadas, o direito ao voto e composição de relações de esfera partidária formam os meios mais legitimados de sua interferência nos processos de tomada de decisão.

Embora nosso objetivo neste artigo não seja discorrer aprofundadamente sobre democracia e processos representativos, de modo que reconhecemos que há aí uma polissemia de leituras e complexidades a serem exploradas, iniciamos esta seção situando o imaginário hegemônico contemporâneo de democracia para desenvolvermos nossos principais pontos reflexivos. Se há, desde essa perspectiva, uma premissa de que todos os cidadãos tenham a possibilidade de participação legitimada na construção da vida comum, nos perguntamos: em que lugar desse imaginário situam-se as adolescências?

Observamos, em escalas internacionais e nacionais, um movimento emergente desde as décadas de 1980 e 1990 que cada vez mais tem se fortalecido, relacionado ao reconhecimento dos direitos de crianças e adolescentes. Pelo paradigma democrático, reconhecer e assegurar os direitos de determinados grupos envolve, necessariamente, processos de subjetivação coletiva de legitimação destes sujeitos como sujeitos políticos, e portanto, sujeitos de direitos.

Essa movimentação pelos direitos de crianças e adolescentes, apesar de recente em termos de transformações político-institucionais e não apenas como localização meramente cronológica, acompanha, é claro, relações de diversas ordens. Podemos pensar nas relações singulares de cada contexto, como é o caso de nosso país, o Brasil, mas reconhecendo que suas singularidades estão emaranhadas às redes complexas de relações em larga escala, envolvendo as dinâmicas de poder e opressão a nível mundial, de modo que as movimentações que aqui acontecem não estão descoladas de processos históricos de longa data.

Em acordo com Luciana Ballestrin (2014), em nossa leitura do que aqui situamos como a hegemonia dos modelos democráticos ocidentais de participação e representação política, empreendemos um esforço por relacionar as dinâmicas coloniais aos modos de se pensar e exercer democracia, algo destacado por ela como incipiente no campo dos estudos das teorias democráticas. Assim, mesmo reconhecendo que as dinâmicas políticas inter e intranacionais não obedecem a uma relação do tipo causa-efeito com os históricos processos coloniais, assumimos o entendimento de que estas não podem ser pensadas de modo descolado da colonialidade.

Se o imaginário hegemônico de participação é, por definição, institucional, essa hegemonia em muitas medidas é constituída pelos processos políticos, econômicos, sociais e culturais forjados em subjetividades coloniais que centralizam as experiências norte-americanas e europeias como umbigo do mundo, traduzidas em modelos universais a serem incorporados pelo restante do planeta.

Assim, muito embora observemos em documentos como a *Convenção Internacional dos Direitos da Criança* (Brasil, 1990) a defesa de que crianças e adolescentes não são sujeitos passivos, mas sujeitos que estão ativamente atuando sobre o mundo político e que portanto devem ter seus direitos nesta esfera também assegurados (Montenegro, 2025), na prática suas possibilidades participativas encontram-se mitigadas pela tutela adulta, mesmo quando há interesse na construção de canais participativos para estes sujeitos (Rosemberg & Mariano, 2010).

Por esse motivo, Santiago Morales & Gabriela Magistris (2025) sustentam, fazendo menção à defesa presente nesta *Convenção* de que crianças e adolescentes possam participar

das decisões que lhes afetam³, que a não concretização desse direito na vida cotidiana não é um fenômeno ao acaso, mas constitui o próprio engendramento dos modos ocidentais de se fazer política e das narrativas em defesa (ou não) de seus direitos participativos.

Enquanto dimensão estrutural das sociedades ocidentais, o adultocentrismo é um importante alicerce dos modelos hegemônicos de política, que se desenvolvem num balanço de narrativas democráticas que são, ao mesmo tempo, excludentes. Com isso, queremos destacar que apesar de ter como fundamento o poder concentrado no mundo adulto, a noção de adultocentrismo não se restringe à ideia de conflito geracional, como se a problemática aí localizada estivesse na ordem de uma disputa entre diferentes gerações. Forjado em dinâmicas e experiências coloniais (Morales & Magistris, 2025), o adultocentrismo consiste em mecanismos pelos quais os sentidos adultos estabelecem-se como parâmetro universal de racionalidade, de linguagem, de organização, de cuidado, enfim, de existência no mundo (Morales, 2024), sendo um problema social que afeta a todos, embora de modo significativamente mais violento crianças e adolescentes.

Por esse motivo, a participação política das adolescências é constituída por um imaginário de “ensaio”, sendo seu exercício político compreendido como fase de preparo para quando realmente sua voz política venha a ser legitimada, isto é, quando se tornar voz adulta. Assim, mesmo com a construção de vias institucionais participativas (como os grêmios estudantis, o voto aos 16 anos, a organização de alas jovens na política partidária e em conselhos e fóruns), fruto de conquistas dos próprios movimentos adolescente-juvenis, suas vozes e força política em muitos sentidos permanecem em suspenso, deslegitimadas por esse imaginário de que cabe ao mundo adulto, e somente a ele, os processos políticos em todas as suas expressões.

Lucia Rabello de Castro (2016) contribui com essa discussão a partir da noção de subjetividades públicas. Segundo a autora, a modernidade, constituída pelas heranças e manutenção dos processos coloniais, estrutura-se sob a égide da razão, do progresso e da ordem, de modo que o “fazer sociedade” foi e continua sendo visceralmente orientado pelo paradigma civilizatório, imposto, não sem contradições, às nações colonizadas como único modelo subjetivo de desenvolvimento social. O que Castro (2016) busca demonstrar é como

³ Ver artigos 12 a 17 da *Convenção* (Brasil, 1990), que versam sobre os direitos de crianças e adolescentes à liberdade de expressão, de pensamento e participação em reuniões pacíficas, além do acesso a informações via meios de comunicação.

essa naturalização está fundamentada em opressões que culminam na cisão de subjetividades públicas e privadas, de modo que aqueles que ocupam a esfera pública determinam, com suas identidades e experiências, as normas que regem a vida social.

Resgatando processos contextualizados na Europa oitocentista, Castro (2016) demonstra como sistematicamente foram os homens brancos adultos de classes burguesas que ocuparam a dimensão pública da vida social, de modo que mulheres, crianças, adolescentes e outros grupos foram e continuam a ser excluídos de possibilidades reais de construção da vida comum. Sendo seu foco a condução de discussões sobre os direitos de crianças, adolescentes e jovens, Castro (2016, p. 83) demonstra que a consolidação da hegemonia deste modelo de subjetivação pública esteve alicerçada no imaginário moderno-colonial da infância e adolescência como zonas que devem ser protegidas da construção do comum, e não integradas a ela:

A separação do público e do privado em topos distintos acarretou, para as crianças e adolescentes das classes burguesas ao longo da Modernidade, um processo de subjetivação que delimitou o alcance público de sua ação ‘privatizando-a’ ao circuito das trocas sociais em torno da sobrevivência, no espaço doméstico, e da formação pessoal, no espaço escolar. Com isto, estes espaços deixaram de potencializar modos de subjetivação articulados às questões emergentes da convivência coletiva entre as crianças, e entre elas e os adultos.

Essa estrutura moderno-colonial de separação entre o privado-infantil e o público-adulto, em muito fundamenta a arquitetura política hegemônica. A partir dessa reflexão, passamos a outras miradas acerca da participação institucionalizada, frequentemente privilegiada nos espaços de debate público, e até mesmo destacada como único e melhor meio de representação e ocupação política das adolescências.

Seguindo linha semelhante à de Lupicínio Iñiguez-Rueda (2025, p. 2), compreendemos que a participação institucionalizada, mesmo que fundamental para as dinâmicas representativas, não pode constituir único modelo de legitimação de ação política, pois “[...] acaba privilegiando lideranças vinculadas a movimentos organizados, enquanto deixa à margem pessoas que não fazem parte de redes militantes ou que, por razões de vulnerabilidade, exclusão ou medo, não acessam esses espaços”.

Assim, em relação às adolescências, observamos que pelo fato deste modelo hegemônico estar fundamentado na privatização de suas ações políticas, ainda que se construam e se fortaleçam vias participativas institucionalizadas a serem ocupadas por adolescentes, o alcance público real de suas propostas e reivindicações não se traduz como

efeito esperado de seus processos participativos. A ocupação em grêmios ou em alas políticas partidárias pode até ocorrer, mas ainda sob a lógica de formação individual e pessoal, ou seja, muito mais como “preparo político” do que como composição real e radical nos processos de construção coletiva da vida comum.

Além disso, as discussões sobre participação política das adolescências muitas vezes não incorporam de modo crítico a leitura sobre as violências adultistas (Morales, 2024) e tutelares que compõem suas rotinas e cotidianos, seja na família, na escola, e centralmente, para a discussão aqui proposta, em espaços políticos institucionais. Conduzimos essa reflexão reconhecendo que o foco à participação e protagonismo de crianças, adolescentes e jovens no campo das políticas públicas é recente não apenas no Brasil, mas internacionalmente (Rizzini, 2024), o que explica, em alguma medida, o adultismo ainda ser uma violência naturalizada e raramente nomeada nos espaços sociais como um todo.

Porém, há também de se questionar, exatamente por este movimento de construção de um campo efervescente, que lugar as discussões sobre o adultocentrismo tem ocupado na pauta da participação e protagonismo, pauta tão cara aos debates sobre os rumos da democracia. Identificamos uma longa caminhada intergeracional pela frente, no caminho de questionarmos como as bases clássicas de teorias políticas democráticas, mesmo quando críticas, abordam as dinâmicas geracionais e as novas formas de participação das adolescências e juventudes em contextos contemporâneos, especialmente nas redes sociais⁴, que tanto têm nos convocado a ampliar nossas leituras acerca da cidadania comunicativa (Lima, Black & Silva, 2024).

Muitas dessas bases, apesar de nos orientarem tão significativamente nas leituras sobre movimentos sociais e sobre a práxis popular, trazem em sua abstração de “sujeito político” os referenciais de um mundo adultocentrado. Há uma lacuna persistente quando nos deparamos, por exemplo, com as proposições políticas de Gramsci sobre os movimentos populares (Semeraro, 2014), que não parecem identificar a importância do papel político de crianças e adolescentes na luta por transformação social. Ou mesmo em leituras sobre movimentos sociais tão importantes como as realizadas por Maria da Glória Gohn (2025), que embora realize densas análises sobre os coletivos juvenis como novas formas de

⁴ Ainda que não aprofundemos as relações entre o adultocentrismo, a História Digital e a História do Tempo Presente neste texto, reconhecemos essa articulação como fundamental para a ampliação de pesquisas sobre organização e participação política das infâncias, adolescências e juventudes contemporâneas.

expressão do associativismo contemporâneo, não desenvolve um olhar mais aprofundado para como o adultocentrismo compõem esses processos transformativos atuais.

Não se trata de uma crítica às escolhas e produções teóricas desses autores, mas a um diálogo tensionado que caminha juntamente a um questionamento já formulado por Ballestrin (2014, p. 194):

Importariam as heranças de um passado colonial mais ou menos remoto para o exercício democrático? Atualmente, as formulações normativas e alternativas à democracia liberal representativa ocidental através de seus expoentes mais críticos e radicais, têm escutado ou incorporado as questões colocadas pelo Sul? Quais questões são estas?

Sustentamos que a participação política das adolescências do Sul Global é uma dessas questões que precisam ser incorporadas às formulações acerca da vida comum, porém de modo criativo e ousado, em uma composição necessariamente intergeracional que legitime as singularidades e modos outros de se pensar política a partir, fundamentalmente, das experiências e saberes adolescentes. É a política fora da política que nos interessa, pois compreendemos que “[...] o reconhecimento formal de subjetividade jurídica de crianças e adolescentes não é suficiente para a promoção de sua emancipação” (Vicentin & Takeiti, 2019, p. 114).

Seguiremos por essa mirada, nos perguntando quais cenários políticos, não restritos aos limites institucionais, as vozes adolescentes têm composto. Refletir sobre onde e como tem se dado sua composição política no mundo é o que nos move, a seguir, à contribuição de leituras que reconheçam, na vida cotidiana, a potência política não limitada à espera ou preparação para um tempo futuro.

Essa busca por reconhecer a potência política no cotidiano exige, preliminarmente, o enfrentamento de uma violência teórica persistente nas ciências humanas: a redução da adolescência a uma categoria etária de desenvolvimento linear. Ao circunscrevermos o sujeito adolescente a uma análise restrita da idade, operamos o que se pode denominar como um epistemicídio adultocêntrico. Nessa lógica, o desenvolvimento é convertido em "des-envolvimento", uma tecnologia de controle que desconecta o jovem de sua originalidade e do seu território para enquadrá-lo em etapas universais de maturação. Essa subordinação de idade é uma forma de violência que aniquila o "estar sendo" em prol de um "vir a ser" produtivo, transformando a ação política presente em um mero ensaio biológico para a vida adulta (Brambilla, Carlos & Rocha, 2024).

Que nos dizem os cotidianos, as estéticas e as redes adolescentes?

Em 2025, uma série de protestos e manifestações de diversas ordens eclodiram em diferentes contextos do Sul Global. Apesar das singularidades de cada um desses eventos, há algo que marca essa onda de revolta popular: o protagonismo da então denominada Geração Z, composta por pessoas nascidas entre meados da década de 1990 e início de 2010. Adolescentes e jovens ocuparam as ruas de Madagascar, Quênia, Marrocos, Filipinas, Indonésia, Paraguai, Peru, sob a motivação de enfrentamento aos abismos socioeconômicos e ao abuso de poder das elites de seus países. Um dos eventos mais marcantes aconteceu em Nepal, onde os protestos se intensificaram após restrições de redes sociais impostas pelo governo. Em meio à pressão popular e confrontos policiais, que deixaram diversas pessoas mortas e feridas, o primeiro-ministro KP Sharma Oli renunciou ao seu cargo após manifestantes atarem fogo às sedes do governo nepalense e às casas de ministros (Primeiro-ministro..., 2025).

Pouco se tem elaborado, em termos de análise, sobre a relação entre todos esses eventos e sua localização em processos históricos políticos mais amplos, de modo que a depender de como são noticiados, esses episódios parecem isolados e articulados entre si apenas pela impressão da coincidência, apagando toda uma memória da participação política das adolescências e juventudes ao longo da história das lutas por justiça social. Vijay Prashad (2025, par. 02), jornalista e historiador indiano, nos convoca a pensar a contribuição das adolescências e juventudes em protestos de todo o mundo, e em outros momentos históricos:

Jovens nascidos nessa época lideraram protestos em todo o mundo, incluindo mobilizações em massa contra um estupro coletivo em Déli, Índia (2012); a campanha Marcha por Nossas Vidas, contra a violência armada nos Estados Unidos (2018); e a campanha Sextas-feiras pelo Futuro contra a crise climática (2018), iniciada pela ativista sueca Greta Thunberg (nascida em 2003 e recentemente torturada pelo governo israelense). A revolta chilena foi seguida pela greve nacional na Colômbia em 2021, pela Aragalaya (luta) no Sri Lanka em 2022 e pela revolta no Nepal no início deste ano, que resultou na renúncia do governo de centro-direita. Em cada um desses casos, o que começou como indignação moral sobre uma questão singular se transformou em uma crítica a um sistema que se mostrou incapaz de garantir a reprodução da vida para os jovens.

Com isso, essa “nova” onda não significa a participação política das adolescências como evento inédito, mas lança luz para as novas gramáticas, estéticas e sentidos políticos das adolescências nos dias de hoje. Fabiola Chambi (2025) chama atenção para como essas movimentações ilustram novidades acerca do modo de adolescentes e jovens ocuparem a

esfera pública. Segundo a jornalista, esses movimentos são protagonizados por jovens que “[...] não são muito adeptos dos partidos tradicionais nem da militância rígida [...]. São nativos digitais, têm a tecnologia nas mãos e compreendem melhor a dinâmica do poder a partir da cultura e do cotidiano. E não, eles não são indiferentes à política” (Chambi, 2025, par. 15).

Um dos maiores símbolos dessas manifestações foram as bandeiras ilustradas com caveiras com chapéus de palha, em referência a uma série de mangá bastante popular a nível global, chamada *One Piece*. Trata-se de uma referência da cultura *pop* que articula uma trama envolvendo temas como libertação, enfrentamento às opressões e construção coletiva de um mundo em que as pessoas possam viver com dignidade. Como chamam atenção Mantoiu, Abruzzini & Sih ([2025?]) para o que poderia ser lido apenas como uma estética ou referência sem grande importância, as bandeiras das caveiras ocupando simbolicamente manifestações em países e contextos tão singulares, demonstram o caráter transnacional desses protestos, ou o que elas denominam como “terremoto juvenil”.

Outro marco importante diz respeito às organizações desses protestos, em sua maioria frutos de um chamamento digital. Não há lideranças centralizadas, ou ações organizadas desde espaços institucionais (Olmo, 2025). Estamos falando de adolescentes e jovens organizados desde redes sociais como *TikTok*, *Instagram* e *Discord*, onde desempenharam, inclusive, a cobertura midiática de suas ações como modo de enfrentamento à repressão digital e silenciamento de suas manifestações pelas mídias hegemônicas.

Mais do que entrar nas complexidades dessas manifestações, até porque, dado seu caráter recente, carecemos de olhares que deem conta das tantas tensões políticas e ambivalências que esses eventos envolvem, o que aqui buscamos é chamar atenção para as expressões políticas das adolescências, em articulação, é claro, às infâncias e juventudes. Estamos falando de expressões emergentes de seus cotidianos, de suas referências culturais, de suas linguagens, códigos, estéticas, de seus modos possíveis de se organizar politicamente diante de toda uma estrutura adultocêntrica que fundamenta a vida social.

São adolescentes ocupando as cenas públicas como adolescentes, urgindo compor a vida comum enquanto adolescentes, sem precisar negociar suas identidades, pois há no enlaçamento desses eventos a tônica de que não é mais possível fazer enfrentamento às

desigualdades em todas as suas dimensões sem que crianças, adolescentes e jovens, maiorias populares em tantos países, estejam de fato participando da construção comum.

Sustentamos, como já mencionado, a importância de identificar e nomear o papel fundamental que as adolescências desempenharam em tantos processos históricos de luta, no movimento de enfrentar o imaginário de pessoas adolescentes como despolitizadas e reivindicar, a nível de memória coletiva, a relevância desse grupo para a construção social. Entretanto, embora argumentemos que a participação das adolescências nessas manifestações não signifique novidade, não deixamos de refletir que nesse fervor, nessa “onda Z”, há novidades que precisam ser elaboradas desde uma perspectiva necessariamente antiadultocêntrica e intergeracional.

À luz de Chantal Mouffe (2018), pensamos em como essa onda de protestos ilustra, de maneira articulada a outros possíveis eventos e cenas que nos auxiliam a ampliar e encorpar essa mirada, aquilo que a pesquisadora desenvolveu sob a lente conceitual de antagonismo político. Para ela, relações de subordinação até poderiam existir antes do capitalismo, mas não necessariamente enquanto oposição, de modo que no horizonte das lutas por justiça devemos nos atentar para como transformações estruturais estão ou não possibilitando a emergência de novos antagonismos políticos. Dito de outra maneira, ao invés de colocar entre parênteses as desigualdades em prol de um imaginário hegemônico de democracia, trata-se de abordá-las explicitamente. Somente assim tornam-se possíveis outras subjetivações do ambiente público (Fraser, 1993; Castro, 2016) e a reivindicação da condição política de grupos historicamente excluídos desse espaço.

Rememoramos, neste sentido, uma reflexão de Fúlvia Rosemberg (1996), que insistia em demonstrar o vácuo existente nas reflexões teóricas sobre classe social, raça e gênero por estas não abarcarem as subordinações de idade. As subordinações e os movimentos participativos de pessoas adolescentes sempre existiram, mas parece que estamos em um momento bastante específico, onde às discussões de subordinação de idade somam-se, cada vez mais, leituras críticas ao pacto colonial adultocêntrico (Santiago & Faria, 2015), isto é, à nomeação desta subordinação enquanto antagonismo político geracional.

Esse momento específico faz parte de um contexto de emergência de pessoas adolescentes como novos sujeitos políticos (Mouffe, 2018). Novos não em relação à condição jurídica que lhes atestam essa condição (Vicentin & Takeiti, 2019), já sustentada em

normativas de diversas ordens, mas em relação a um processo organizativo e politizado que não se faz a partir da “permissão” do mundo adulto, e sim pela reivindicação deste lugar pelas próprias adolescências.

Não deixamos de trazer à reflexão que não necessariamente a emergência de um antagonismo político resulta em luta democrática. Como argumenta Mouffe (2018, p. 183): “Antagonismo democrático se refere a uma resistência à subordinação e desigualdade, luta democrática é direcionada a uma ampliação da democratização da vida social”. Assim, nossa proposição de trazer ao centro as experiências e organizações adolescentes não significa sustentar um antagonismo incompatível em termos de distinção entre mundo adulto e mundo infantil/adolescente, posto que isso já é o próprio fundamento do adultocentrismo.

Ao convocarmos uma mirada de valorização àquilo que compõe, de modos tão diversos, as plurais identidades adolescentes, não o fazemos de modo essencialista, como se houvesse um mundo adolescente apartado do mundo adulto. Ou como se houvesse possibilidade de uma luta anti-adultocêntrica sem a participação de pessoas adultas comprometidas com essa discussão e construção. Santiago Morales & Gabriela Magistris (2025), nesta linha, nos deixam pistas importantes para seguirmos na construção de desafios que sejam intergeracionais, e nos convidam a “infantilizar” a transformação social, isto é, a coexistir e, por isso também, construir outros modelos políticos de maneira criativa e a partir do que nos ensinam as perspectivas *ninãs*⁵ - as perspectivas de crianças e adolescentes.

Para encerrarmos essa seção, que tanto transitou por um olhar amplo aos movimentos de adolescências do Sul Global, deixamos como convite que essas reflexões invadam o cotidiano, os afetos, as memórias e os tantos acontecimentos que ilustram o cenário político de nosso país. Para isso, compartilhamos, brevemente, uma cena recente que nos atravessou durante a escrita desse texto, e que nos coloca a refletir sobre como temos nos relacionado com as expressões políticas das adolescências.

Desde meados de janeiro de 2026, um evento passou a ocupar as redes sociais e os debates sobre infância e adolescência: a chamada “Revolta do Roblox”. O Roblox, uma plataforma de universos virtuais muito popular entre crianças e adolescentes, tornou-se palco de uma tensão entre segurança e autonomia. Pressionada por debates globais acerca da

⁵ Sobre “perspectivas *niñas*”, Santiago Morales & Gabriela Magistris (2025, p. 197) sustentam que se trata de uma perspectiva constituída, ao mesmo tempo, pela busca de pessoas adultas antiadultistas e pela necessária participação das novas gerações.

proteção de crianças e adolescentes e a interação com pessoas adultas no ambiente digital, em 2026 a empresa implementou mudanças rígidas em seus termos de uso, incluindo restrições no *chat*, ferramenta que permite a comunicação dos usuários dentro do jogo.

Em resposta, os usuários não se retiraram desse espaço para demonstrarem sua revolta e indignação. Pelo contrário, passaram a usar ferramentas do próprio jogo, como placas em que é possível registrar mensagens escritas que ficam disponíveis para todos os usuários, de modo que organizaram cenários de protesto dentro dos servidores desse mundo virtual.

Esse episódio transbordou para outras redes sociais, como *Instagram* e *Youtube*, onde as pessoas passaram a emitir comentários em tom de deboche ou desconfiança, principalmente. Diante de placas que traziam mensagens como “AFASTA DE NOIS ESSE CALE SE PAI”, “n tem chat? q usem as placas”, “QUEREMOS CHAT. SOMOS CRIANÇAS MAIS SAMOS SERES HUMANOS” (A revolta..., 2026), pessoas adultas passaram a questionar se seriam realmente crianças e adolescentes por trás dessas ideias. Sabemos que essa preocupação é importante, pois de fato pessoas adultas podem se passar por crianças e adolescentes nesses espaços, pondo em risco seu direito à segurança. Mas pensamos o quanto essa desconfiança também reflete o imaginário adultocêntrico e a dificuldade de reconhecer nas adolescências a capacidade de elaborar e expressar suas opiniões políticas, especialmente quando a partir de sentidos que fogem às referências adultas.

Aqui, refletimos sobre a Revolta do Roblox não como fato isolado, mas como parte dessa “onda” caracterizada pela voz política de crianças e adolescentes constituída desde seus espaços de pertencimento e socialização, isto é, os espaços digitais. São novas gramáticas políticas, onde o brincar e o protestar se fundem, onde os símbolos culturais e suas referências estéticas e linguísticas compõem visceralmente seus sentidos políticos, emergentes de seus cotidianos. É claro que essa movimentação não se faz sem conflito, pois vemos que no bojo dessa revolta está o silenciamento e a deslegitimação das perspectivas de crianças e adolescentes, já que em nenhum momento foram consultadas sobre as mudanças na plataforma (Alves, 2026). Se suas vozes não são consideradas sequer em processos que afetam diretamente seu direito à comunicação, que lugar lhes resta na política de “gente grande”?

Trazemos essa cena para ilustrar as reflexões que aqui propomos não para questionar mecanismos de proteção, que consideramos ser fundamentais, mas para tensionar os sentidos hegemônicos de participação política, de sujeito político e de espaço público. A Revolta do Roblox, juntamente a esse contexto mais amplo de insurgência política de toda uma geração, nos faz elencar uma série de perguntas, consideradas por nós centrais para a ampliação dessa discussão: em que outros espaços as adolescências têm podido se expressar politicamente? Como essas expressões têm sido recebidas? Qual o papel de pessoas adultas para as organizações e reivindicação de suas ações políticas em espaços públicos? E quais as possibilidades de construção intergeracional do espaço comum? Como bem alinhavam Vicentin & Takeiti (2019, p. 121),

[...] não basta não reduzir a subjetivação política à subjetivação jurídica como conquista formal de direitos; não basta não reduzir a garantia formal de direitos à conquista de cidadania, especialmente quando os direitos sequer estão implementados (ou estão diferentemente implementados, conforme as diferenças de classe, raça e gênero que atravessam as vidas de crianças e adolescentes). O caráter conflitivo e polêmico deste campo de subjetivação coloca em questão modificações concretas nas formas de relação com crianças e adolescentes e na assunção de sua condição de ator de conflito.

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, buscamos lançar luz a um cenário atual de insurgência política das adolescências desde contextos do Sul Global, um “terremoto juvenil” que tem abalado as estruturas adultocêntricas da política hegemônica. Conduzimos reflexões sobre como na base dessas movimentações delinea-se um antagonismo político geracional que nos coloca no horizonte de aprofundamento de leituras críticas antiadultocêntricas que contribuam para a construção intergeracional da vida comum.

Legitimar as expressões e organizações políticas das adolescências é um primeiro passo para construção de espaços de diálogo e construção de luta coletiva. Isso é o que refletimos através das manifestações recentes da Geração Z em muitos países, e nos protestos de crianças e adolescentes em plataformas virtuais como o Roblox, ilustradas aqui como cenas que nos possibilitam essa reflexão, mas que não esgotam os tantos eventos protagonizados pelas adolescências desde uma resistência mais cotidiana, que muitas vezes não chega até nós pelas vias midiáticas. Como as adolescências têm composto os campos interseccionados das lutas sociais, como as lutas por justiça climática, as lutas antirracistas, anticapacitistas, anti-LGBTQIA+fóbicas etc.? O que pensam as adolescências sobre a taxaço

dos super-ricos, o fim da escala 6x1, sobre o cenário da educação pública e tantas outras discussões que têm protagonizado o campo político contemporâneo?

Pessoas adolescentes têm suas vidas e as de suas comunidades afetadas, de modos desiguais, é claro, por essas e tantas outras problemáticas. Exatamente por isso não devem ser “convidadas” para falar apenas quando se trata de assuntos que afetam única e exclusivamente as vidas adolescentes, mas devem ter a possibilidade de participar da construção coletiva em todos os âmbitos. É o que Soares, Miranda & Barros (2024, p. 369), a partir de uma pesquisa-com adolescentes e jovens elaborada pela via da escrevivência, destacam: “Em meio a tantos regimes de autorização discursiva sobre as vozes, a juventude quer falar e, principalmente, ouvir-se e ser ouvida quanto à vida, à cidade, aos direitos humanos, à arte, ao corpo, ao gênero, à sexualidade, entre tantos outros temas”.

Discorremos sobre como a participação política das adolescências nos coloca diante da problematização da política hegemônica, que prevê a participação somente em sua dimensão institucionalizada. Sabemos que há uma longa trilha no caminho de nomear e enfrentar a lógica adultocêntrica que estrutura as sociedades moderno-coloniais, de modo que ações e horizontes práticos são urgentemente necessários para ousar a inventividade do espaço comum intergeracional, que passa não apenas pela escuta das vozes não adultas, mas pela elaboração dos conflitos intergeracionais. Isso significa que estamos no horizonte não apenas da nomeação do adultocentrismo, mas da construção de ferramentas que nos auxiliem a desmontar e enfrentar os ecos das violências adultistas (Morales, 2024) em espaços comuns.

Diversas pesquisadoras têm elaborado e compartilhado contribuições neste sentido, relatando reflexões desde encontros cotidianos intergeracionais e a potência política das adolescências nos espaços comuns da vida coletiva (Silva, Azevedo & Bezerra, 2021; Montenegro, 2025; Shabel *et al.*, 2024; Pérez & Souza, 2021). Sustentamos que isso não exclui a importância da construção e defesa de vias participativas institucionalizadas para as adolescências, mas ajuda-nos a enfrentar o imaginário de pessoas adolescentes como sujeitos despolitizados e a ampliar os nossos próprios olhares (de pessoas adultas e de pessoas jovens que ocupam espaços historicamente atribuídos ao mundo adulto) para o que seria ação política legítima, pela via do diálogo e aprendizado com as perspectivas adolescentes.

Por fim, concluímos sinalizando que embora tenhamos abordado com mais foco as expressões políticas das adolescências neste artigo, que por vezes se fundem às noções de juventude por conta das polissemias de leituras sobre gerações, aproveitamos o espaço para destacar a importância de que essas reflexões e inquietações se ampliem dando conta, também, da participação política de crianças, alvo de disputas ainda mais complexas devido às inúmeras afetações sociais que compõem os valores protetivos das infâncias.

Referências

Adorno, Theodor W. O ensaio como forma. *In*: Adorno, Theodor W. **Notas de literatura I**. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 15-45.

A revolta do Roblox: jogadores fazem protesto virtual após restrição do chat para crianças. **G1**, [online], 15 jan. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 23 jan. 2026.

Alves, Januária Cristina. A revolta das crianças no Roblox: sobre o direito à fala. **Nexo Jornal** [online], São Paulo, 22 jan. 2026. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br>. Acesso em 24 jan. 2026.

Ballestrin, Luciana. Colonialidade e democracia. **Revista Estudos Políticos**, v. 5, n. 1, p. 191-209, 2014.

Brambilla, Beatriz Borges; Carlos, Stefanie Thiene & Rocha, Renan Vieira S. Do Desenvolvimento ao Envolvimento: Leituras Contracoloniais sobre as Adolescências. *In*: Avoglia, Hilda Rosa C. & Sakamoto, Cleusa (Orgs.). **Desenvolvimento Psicológico: Conceitos e Contextos**. São Paulo: Gênio Criador, 2024. p. 125-138.

Brasil. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2026.

Castro, Lucia Rabello de. Subjetividades públicas juvenis: a construção do comum e os impasses de sua realização. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 80-91, 2016.

Chambi, Fabiola. O que une e afasta os protestos da geração Z no Peru e no Nepal. **Nexo Jornal** [online], São Paulo, 7 out. 2025. Externo. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br>. Acesso em: 22 jan. 2026.

Fraser, Nancy. Repensar el ámbito público: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente. **Debate Feminista**, v. 17, p. 23-58, 1993.

Gohn, Maria da Gloria. Coletivos: novas formas de expressão dos jovens no associativismo contemporâneo no Brasil. **Civitas**, v. 25, n. 1, p. 1-14, 2025.

Iñiguez-Rueda, Lupicínio. Do que falamos quando falamos de participação? **Interface**, v. 29, p. 1-6, 2025.

Lima, Gerbson da Silva; Black, Taciana Lima de Paula & Silva, Kalina Vanderlei. Além do filtro: interseccionalidade e a experiência das adolescentes negras do Recife no *Instagram*. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 15, n. 1, p. 110-137, 2024.

Mantoiu, Evelyn; Abruzzini, Bibbi & Sih, Clarisse. Gen Z movements and the future of protest. **Hivos** [online], [2025?]. Disponível em: <https://hivos.org>. Acesso em: 23 jan. 2026.

Montenegro, Hebe Ailen. Los trámites en el barrio: estrategias de niñxs para una vida digna. **Prácticas de Oficio**, n. 34, p. 87-102, 2025.

Morales, Santiago Joaquín. Adultocentrismo, adultismo y violencias contra niños y niñas: Una mirada crítica sobre las relaciones de poder entre clases de edad. **Taboo: The Journal of Culture and Education**, v. 22, n. 1, p. 151-193, 2024.

Morales, Santiago Joaquín & Magistris, Gabriela. Refundar las relaciones intergeneracionales para reinventar el mundo: diez desafíos desde perspectivas niñas. **Última Década**, v. 33, n. 65, p. 191-223, 2025.

Mouffe, Chantal. Hegemonia e novos sujeitos políticos: em direção a um novo conceito de democracia. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 41, p. 177- 187, 2018.

Olmo, Guilherme D. Os protestos da Geração Z no Peru contra reforma da previdência e anistia. **BBC**, [online], 30 set. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com>. Acesso em: 23 jan. 2026.

Pérez, Beatriz Corsino & Souza, Estefani Peixinho de. Crianças e jovens quilombolas: a participação na família, na igreja e na vida comunitária. In: Castro, Lucia Rabello de. (Org.). **Infâncias do sul global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 219-240.

Prashad, Vijay. Sete teses sobre as revoltas da Geração Z no Sul Global. **Brasil de Fato** [online], 27 out. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 22 jan. 2026.

Primeiro-ministro do Nepal renuncia em meio a protestos contra o governo; manifestantes incendiam Parlamento e casas de ministros. **G1**, [online], 9 set. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 23 jan. 2026.

Rizzini, Irene. Para além do adultocentrismo: atuação intergeracional em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. **Sociedad e Infancias**, v. 8, n. 2, p. 239-250, 2024.

Rosemberg, Fúlvia. Teorias de gênero e subordinação de idade: um ensaio. **Pro-posições**, v. 7, n. 3, p. 17-23, 1996.

Rosemberg, Fúlvia & Mariano, Carmem Lúcia Sussel. A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 693-728, 2010.

Santiago, Flávio & Faria, Ana Lúcia Goulart de. Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso. **Educação e Fronteiras**, v. 5, n. 13, p. 72-85, 2015.

Semeraro, Giovanni. Gramsci e os movimentos populares: uma leitura a partir do caderno 25. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 126, p. 61-76, 2014.

Shabel, Paūlah Nurit; Montenegro, Hebe; Parodi, Camila; Morales, Santiago & Szulc, Andrea. Participación e infancias: formas de hacer y disputar poder en contextos adultocéntricos. *In*: Szulc, Andrea; Guemureman, Silvia; García Palacios, Mariana & Colangelo, Adelaida (Orgs.). **Niñez plural**: desafios para repensar las infancias contemporáneas. Buenos Aires: El Colectivo, 2024. p. 83-93.

Silva, Conceição Firmina Seixas; Azevedo, Giselle Arteiro Nielsen & Bezerra, Heloisa Dias. Escuta e diálogo: crianças e jovens na formação de minipúblicos potentes para a construção de políticas inclusivas. **Desidades**, n. 31, p. 21-37, 2021.

Soares, Mayara Ruth Nishiyama; Miranda, Luciana Lobo & Barros, João Paulo Pereira. “A gente combinamos de escre(viver)”: analisadores-escrevientes com estudantes de uma escola pública de Fortaleza/CE. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 15, n. 01, p. 350-383, 2024.

Vicentin, Maria Cristina G. & Takeiti, Beatriz Akemi. Vidas menores, política das intensidades. **Clínica & Cultura**, v. 8, n. 1, p. 113-124, 2019.

Submetido em: 10 de fevereiro de 2026

Avaliado em: 12 de março de 2026

Accito em: 29 de março de 2026